

## ***Intercambialidade de medicamentos entre os medicamentos referênciã, genérico e equivalente***

Tratar sobre a intercambialidade é permitir que o paciente saiba quais as principais diferenças dos medicamentos referênciã, genérico e equivalente e assim, assegurar no processo de decisão que a compra ocorra tanto pelo conhecimento da eficácia medicamentosa, quanto pela questão financeira do paciente, desde que este não permaneça sem o medicamento, favorecendo o conhecimento sobre a intercambialidade medicamentosa viabilizando o acesso à saúde. Analisar a intercambialidade entre os medicamentos referênciã, genérico e equivalente demonstrando como a falta de conhecimento do paciente sobre essa diferença impacta no processo de decisão, escolha, compra e tratamento. Revisão integrativa de literatura com suporte das seguintes bases de dados NCBI/PubMed (National Center for Biotechnology Information), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e Lilacs - Bireme (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Para delimitação dos conteúdos foram utilizados critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, em português e inglês, no período de 2015 a 2021 com acesso gratuito e que tivessem pertinência com o tema. A partir da análise dos oito artigos selecionados, é possível perceber que a falta de conhecimento sobre o conceito de cada um dos medicamentos, interfere diretamente na tomada de decisão sobre a compra, os pacientes, sobretudo os idosos, tendem a comprar exatamente o nome que o médico prescreveu na receita, isso porque acreditam que medicamento equivalente ou genérico não têm a mesma eficácia. Concluiu-se que o farmacêutico é fundamental para auxiliar no esclarecimento do paciente sobre os medicamentos referênciã, genérico e equivalente pois possuem a mesma segurança e eficácia em relação às suas ações e efeitos.

**Palavras-chave:** Intercambialidade; Genérico; Medicamentos; Saúde.

## ***Interchangeability of medicines between reference, generic and equivalent medicines***

Dealing with interchangeability is to allow the patient to know the main differences between the reference, generic and equivalent drugs, and thus, ensure in the decision process that the purchase occurs both for the knowledge of the drug efficacy, and for the patient's financial issue, since that they do not remain without the drug, favoring knowledge about drug interchangeability, enabling access to health. To analyze the interchangeability between reference, generic and equivalent drugs, demonstrating how the patient's lack of knowledge about this difference impacts the decision, choice, purchase and treatment process. Integrative literature review supported by the following databases NCBI/PubMed (National Center for Biotechnology Information), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar and Lilacs - Bireme (Latin American and Caribbean Literature in Science Health). Inclusion criteria were used to define the content: articles available in full, in Portuguese and English, from 2015 to 2021 with free access and relevant to the theme. From the analysis of the eight selected articles, it is possible to perceive that the lack of knowledge about the concept of each of the drugs directly interferes in the decision making about the purchase, patients, especially the elderly, tend to buy exactly the name that the doctor prescribed in the prescription, this is because they believe that equivalent or generic medication do not have the same efficacy. It was concluded that the pharmacist is essential to assist in the clarification of the patient about the reference, generic and equivalent drugs because they have the same safety and effectiveness in relation to their actions and effects.

**Keywords:** Interchangeability; Generic; Medicines; Health.

Topic: **Assistência Farmacêutica**

Received: **14/05/2022**

Approved: **22/07/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

**Leandro Marcos dos Santos** 

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/9408857432416951>

<http://orcid.org/0000-0001-8236-1923>

[legiao565@gmail.com](mailto:legiao565@gmail.com)

**Rodrigo Lopes Barros Gusmão** 

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1175672339666143>

<http://orcid.org/0000-0002-6618-6683>

[rodrigogusmao690@gmail.com](mailto:rodrigogusmao690@gmail.com)

**Carolinne Oliveira Marquez** 

Faculdade Integrada Carajás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3325961704838856>

<http://orcid.org/0000-0001-6556-5094>

[carolzinhaoliveiramarquez@yahoo.com.br](mailto:carolzinhaoliveiramarquez@yahoo.com.br)



DOI: 10.6008/CBPC2236-9600.2022.003.0022

### **Referencing this:**

SANTOS, L. M.; GUSMÃO, R. L. B.; MARQUEZ, C. O.. Intercambialidade de medicamentos entre os medicamentos referênciã, genérico e equivalente. **Scire Salutis**, v.12, n.3, p.195-202, 2022. DOI:

<http://doi.org/10.6008/CBPC2236-9600.2022.003.0022>

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, o consumo de medicamentos tem aumentado significativamente, contribuindo para o crescimento da indústria farmacêutica. Destaca-se que grande parte da população tende a buscar alternativas com menor custo, dando espaço para a prática da intercambialidade, optando por medicamentos genéricos e equivalentes ao invés de medicamentos de referência que possuem um maior valor agregado. Essa prática ocorre quando um medicamento prescrito por um profissional da saúde pode ser substituído por outro sem nenhuma perda em relação a seus efeitos (LIMA et al., 2020).

Destaca-se que o medicamento referência é aquele produzido pelo laboratório fabricante, o primeiro criado pela marca, geralmente possui um alto custo agregado por ser considerado inovador e fruto das primeiras pesquisas, além do registro de patente e o respeito as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Já o genérico é aquele que possui o mesmo princípio ativo do medicamento referência, por outro lado não se tem o nome comercial e possui um baixo custo. O equivalente possui a mesma equivalência da referência e genérico, inclusive com a mesma concentração, diferente apenas em forma, validade, tamanho, rótulo e características externas, possui um nome comercial (ANVISA, 2020).

Levando em consideração que o farmacêutico detém conhecimentos sobre os medicamentos, é importante que este profissional trate sobre a bioequivalência que há entre os produtos referência, genéricos e equivalentes e como a intercambialidade entre eles é uma forma segura de ação. Destaca-se que todos passam por períodos de testes que avaliam seu desempenho no organismo humano. Outra questão importante é a biodisponibilidade que é justamente o termo para descrever a quantidade e a velocidade com que o fármaco é absorvido pelo organismo humano, devendo seguir rigorosamente os critérios estabelecidos pela ANVISA (SANTANA et al., 2020).

Embora a intercambialidade seja garantida apenas entre medicamentos bioequivalentes, em farmácias e drogarias, tem-se observado na prática que os de referências, genéricos e equivalentes de um mesmo medicamento são livremente substituídos. Estas substituições ocorrem nas redes privadas, onde o preço pode ser visto como um fator diferenciador, e nas redes públicas devido à disponibilidade do produto, uma vez que as compras por entidades públicas são efetuadas com base nos preços mais baixos oferecidos pelos fabricantes, no procedimento de licitação. Além disso, os medicamentos genéricos são preferidos em relação a outros nas mesmas condições (MAGALHÃES et al., 2018).

A substituição de medicamentos é menos comum no tratamento a curto prazo, em oposição ao tratamento de doenças crônicas. A substituição entre esses que contêm o mesmo princípio ativo, mas não são bioequivalentes entre si, pode ter consequências clínicas relevantes para os pacientes, como ineficiência do medicamento na terapia ou a ocorrência de eventos adversos ou efeitos tóxicos. Aqueles que apresentam alta variabilidade na absorção ou faixa terapêutica estreita, apresentando concentrações máximas para obter efeitos terapêuticos muito próximos das concentrações mínimas consideradas tóxicas, são os medicamentos de maior preocupação no contexto de substituição, devendo analisar a intercambialidade.

Entre os medicamentos referência, genérico e equivalente a substituição com a orientação do

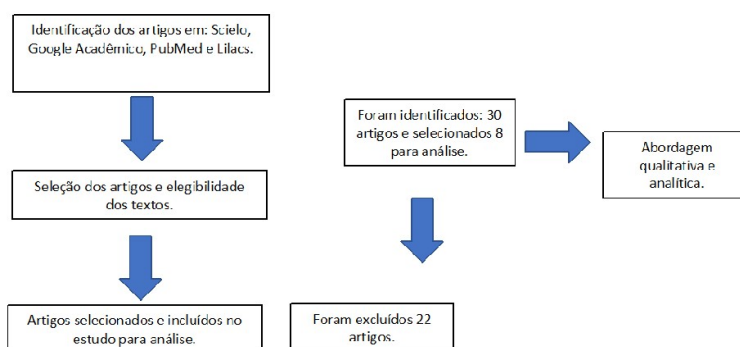
farmacêutico vem demonstrando como a falta de conhecimento do paciente sobre essa diferença impacta no processo de decisão e escolha medicamentosa.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que utilizou as seguintes plataformas de pesquisa: NCBI/PubMed (National Center for Biotechnology Information), SciELO (Scientific Eletronic Lirary Online) e Lilacs - Bireme (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Para seleção dos artigos foram aplicados critério de inclusão: pertinência temática, publicação nos últimos 6 anos, artigos completos, em português, com metodologias de revisão sistemática, integrativa, bibliográfica e de ensaios clínicos. Através dos seguintes descritores: “Intercambialidade”; “Genérico”; “Medicamentos”; “Saúde”. Assim, foi possível selecionar os artigos utilizados para análise.

## RESULTADOS

Identificaram-se no total 30 publicações, após aplicação dos critérios de inclusão, foram excluídas 22 estudos identificados por meio de pesquisas em outras fontes de dados, permanecendo 8 estudos, sendo estes: 2 no PubMed, 2 na SciELO, 2 no Google Acadêmico (G.A), e 2 publicações na Lilacs. Os resultados apresentados acima foram dispostos no Fluxograma 01:



**Fluxograma 1:** Fluxograma das etapas de inclusão e exclusão dos artigos.

Após a análise dos artigos foram selecionados 8 que se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão a serem analisados.

**Tabela 1:** Estudos selecionados segundo autoria, ano de publicação, título, revista e base de dados.

Autor/Ano	Título	Revista	Base de dados			
			PubMed	SciELO	G.A.	Lilacs
Freitas (2016)	Intercambialidade entre medicamentos genéricos e equivalentes de um mesmo medicamento de referência.	Repositório da Universidade de São Paulo		X		
Souza Filho (2016)	Fatores que afetam bioequivalência e metanálise aplicada a intercambialidade de medicamentos.	Repositório da Universidade Federal do Pernambuco.				X
Santana et al. (2018)	O profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos.	Revista Científica FAMA			X	
Magalhães et al. (2018)	A presença de medicamento equivalente na intercambialidade.	Centro de Pós-graduação Oswaldo Cruz			X	
Silva et al. (2019)	Revisão integrativa: intercambialidade e aspectos farmacoeconômicos dos medicamentos bioequivalentes.	Journal of Management & Primary Health Care		X		
Souza et al. (2019)	A importância da intercambialidade e dos medicamentos genéricos e equivalentes.	Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de				X

		Goiás				
Lima et al. (2020)	Intercambialidade entre medicamentos de referência e equivalente.	Revista Brazilian Journal of Development	X			
Matos et al. (2021)	Intercambialidade de medicamentos sob o ponto de vista médico.	Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira	X			

### A Bioequivalência para promoção da Intercambialidade em medicamentos

Para compreender a questão da bioequivalência e da intercambialidade dos medicamentos de forma saudável, o farmacêutico precisa conhecer os parâmetros e conceitos apresentados pela Resolução-RDC nº 16 de 2007 que demonstra os principais conceitos dos medicamentos referência, genérico e equivalente (REZENDE, 2021).

Um medicamento de referência é considerado inovador, onde as primeiras pesquisas e testes são realizados por um laboratório de fabricação, para o qual pelo menos um princípio ativo deve funcionar no ingrediente do medicamento, e no momento do desenvolvimento ele tem sua patente como propriedade do fabricante (GEYER, 2019).

Por fim, para que um medicamento seja registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, neste caso, ANVISA se torna necessário demonstrar eficácia, segurança e qualidade por meio de testes científicos, e se os resultados forem positivos, o produto torna-se disponível para distribuição no mercado (LIMA et al., 2020).

Os medicamentos equivalentes e genéricos são cópias fiéis da referência, com o mesmo princípio ativo, concentração, via de administração, forma, dosagem e indicações terapêuticas, diferindo em características como tamanho, prazo de validade, embalagem, rótulos e excipientes (SANTANA et al., 2018).

Neste aspecto, a bioequivalência entre medicamentos garante sua intercambialidade, que por sua vez, determina-se que um medicamento prescrito por um profissional de saúde pode ser substituído por outro, sendo entre um genérico e o seu de referência onde está prevista desde 1999 (PORTA, 2013).

Os medicamentos equivalentes foram considerados passíveis de intercambialidade, quando submetidos a testes verificando a equivalência ao seu princípio ativo, no Brasil, somente consegue esse registro quando apresenta desempenho e característica iguais aos de referência in vivo, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 134 de 2003 (ANVISA, 2020).

Biodisponibilidade é um termo que descreve a rapidez e a quantidade de absorção de uma substância medicamentosa quando atinge seu local de ação, para se chegar a este resultado é necessário que o medicamento passe por três fases: clínica, analítica e estatística (NISA, 2017). Na fase clínica, os procedimentos para validação do medicamento são detalhados e testadas amostras de material biológico de voluntários. Na etapa de análise são quantificados os medicamentos nas amostras coletadas anteriormente. A fase estatística é o parâmetro para a análise de bioequivalência com base nos dados obtidos na etapa de análise (FREITAS, 2016).

Com a elaboração da RDC 58/2014, a ANVISA tomou providências permitindo a troca de medicamentos equivalentes e de referência pelos detentores de registro, estabelecendo uma lista com os equivalentes no site da agência, formalmente estabelecida sua intercambialidade (SILVA et al., 2019).

A intercambialidade só ocorrerá se os estudos de bioequivalência e ou equivalência tiverem sido realizados entre as partes. Um equivalente não deve ser trocado por outro equivalente, pois ele é testado junto a um de referência e não a outro equivalente, nos genéricos, a bioequivalência é estudada entre uma referência e um não referência (SOUZA FILHO, 2016).

Neste sentido, ressalta-se que medicamentos equivalentes passam por testes de controle de qualidade garantindo que a eficácia dos lotes permaneça inalterada, passando todos os testes aos quais também são submetidos os medicamentos genéricos (BEDOR, 2016).

A dispensação e distribuição de intercambiáveis é de inteira responsabilidade do farmacêutico, além de instruir os pacientes sobre o uso correto do medicamento, sua dosagem e as interações com alimentos e outros medicamentos evitando a automedicação (SOUZA et al., 2019).

Considerando a prática da farmácia definida pela Organização Mundial da Saúde, todas as atividades relacionadas à promoção e educação em saúde, no que diz respeito ao uso correto de medicamentos e aos perigos da automedicação, dispensação e indicação, podem ser intervencionadas de formas muito diversas (LIMA et al., 2020).

### **Orientação farmacêutica na intercambialidade dos medicamentos**

O farmacêutico é o profissional qualificado para manutenção, dispensação e intercambialidade dos medicamentos, pautado em condutas éticas e legais, destacadas na Resolução RDC nº 16 de 2007 (CARVALHO, 2019).

Destaca-se que a equivalência terapêutica pode ser compreendida por dois medicamentos considerados terapeuticamente equivalentes se forem farmacêuticamente produzidos com mesma dose molar, conforme avaliado por estudos de bioequivalência, farmacodinâmicos, ensaios ou estudos in vitro (SOUZA et al., 2019).

Os medicamentos referência, genérico e equivalente podem ser equivalentes entre si, considerando a bioequivalência terapêutica que diz respeito a dosagem, segurança e efetividade no organismo humano. Esta é uma observação importante de ser apresentada ao paciente uma vez que ambas estão ligadas aos medicamentos referência em relação aos genéricos e equivalentes (MATOS et al., 2021).

Assim, durante o atendimento e no contato direto com o paciente este profissional precisa compreender a diferença entre os fármacos, orientando de forma adequada o paciente, avaliando as necessidades de realização da intercambialidade (COELHO, 2017).

### **DISCUSSÃO**

Freitas (2016), realizou um ensaio de bioequivalência e biodisponibilidade relativa, onde avaliou-se em laboratório a eficácia da intercambialidade entre os medicamentos genéricos, referência e equivalentes. Nesse ensaio percebeu – se que a atividade farmacológica não ocorre como esperado na bioequivalência se tornando inviável o intercâmbio entre genéricos por equivalentes não oferecendo o resultado desejado no organismo do paciente. Ainda foi percebida a necessidade de uma lista com os nomes dos medicamentos

passíveis de intercâmbio e os que não são possíveis essa realização para que o profissional não tenha dificuldade durante o processo e auxilie inclusive no uso racional do medicamento.

Para Souza Filho (2016) o farmacêutico deve realizar uma avaliação de questões externas como condições clínicas do paciente, uma vez que é o profissional da saúde capacitado para orientar e prevenir a troca incorreta de medicamentos.

Santana et al. (2018) destacou a necessidade de capacitação dos farmacêuticos, através de uma pesquisa em questionário estruturado verificou – se que a grande maioria dos profissionais entre veteranos e recém-formados apenas metade deles possuem especializações, levando em consideração relevância do constante aprendizado para obtenção de prática durante a atenção e assistência farmacêutica.

Segundo Magalhães et al. (2018) o papel da legislação e implementação das RDCs como forma de regulamentar a intercambialidade de fármacos, demonstra que o uso racional dos medicamentos é uma necessidade para a qualidade de vida do paciente, partindo do princípio que muitos visam o valor do produto em relação à qualidade e não concluem ou aderem ao tratamento solicitado.

Para Silva et al. (2019) a intercambialidade dos medicamentos bioequivalentes consegue produzir um impacto positivo ao paciente, uma vez que no aspecto econômico a valor de um medicamento equivalente e genérico é inferior ao valor de um medicamento referência, o farmacêutico exerce um papel essencial na conscientização do paciente, mas, que a palavra final precisa ser unanimemente do paciente, sem a interferência direta do profissional de saúde.

Segundo Souza et al. (2019) mostra através de pesquisa realizada onde a população com falta de escolaridade, aliado à falta de conhecimento sobre os conceitos do que é um medicamento equivalente e genérico tem impacto direto no momento do consumo, isso porque apenas 4,02% dos entrevistados sabiam o que de fato é um medicamento equivalente e um genérico.

No estudo de Lima et al. (2020) foi possível compreender o processo de intercambialidade entre os medicamentos referência e equivalente, para isto foi realizado um estudo experimental onde se compreendeu o conceito dos medicamentos equivalente e referência e a importância do processo de registro e de dispensação, como são regulamentados e importância da atenção farmacêutica no momento da substituição e também na realização dos testes de bioequivalência que são realizados antes da liberação para produção dos fármacos.

Matos et al. (2021) mostrou a perspectiva do médico, para realização adequada da intercambialidade de medicamentos, onde ambos compreendem a necessidade de conscientização do paciente para que a troca de um medicamento referência seja feita de forma segura pelo paciente e farmacêutico, porém apesar de compreenderem a bioequivalência entre os medicamentos, os médicos tendem a prescrever medicamentos referência para os pacientes, e que a depender do perfil do paciente a escolha pelo medicamento com auto custo agregado permanece, em prol da segurança do tratamento.

Neste sentido, o estudo demonstra que os médicos tendem a confiar e prescrever medicamentos referência e nos casos de ser necessária uma substituição do medicamento, há uma preferência aos medicamentos genéricos, isso porque a bioequivalência entre esses medicamentos é o que garante a eficácia

do tratamento (MATOS et al., 2021). Assim, os estudos demonstram como a intercambialidade dos medicamentos pode ocorrer de forma segura quando orientada por um profissional de saúde, que preze pela saúde do paciente.

## CONCLUSÕES

A partir deste trabalho, pode-se descrever o processo de intercâmbio de medicamentos equivalentes, genéricos e de referência, observando a importância do profissional farmacêutico em validar esses procedimentos cumprindo as legislações cabíveis que determinam os parâmetros de intercambialidade. O papel desse profissional é orientar os pacientes sobre este procedimento garantindo que eles tenham um tratamento adequado e seguro, além de substituir os medicamentos de referência por produtos de menor preço. Os produtos equivalentes ampliam o tamanho do mercado farmacêutico, pois os preços mais baixos facilitam o acesso dos usuários a produtos e tratamentos.

Portanto, um importante desafio para os farmacêuticos será estimular o processo de intercâmbio e conscientização dos usuários e profissionais de saúde sobre a qualidade e preços mais baixos de medicamentos equivalentes, uma vez comprovada sua eficácia e segurança uma vez que esse consumidor requer um medicamento de laboratório de confiança.

Em relação às informações técnicas sobre o que são medicamentos intercambiáveis, a literatura concorda em que não há possibilidade de realizar o processo entre genéricos e equivalentes, pois, essa substituição poderia ser prejudicial ao paciente, assim, torna-se fundamental que o farmacêutico analise caso a caso, e verifique se existem indícios para realização um intercâmbio de medicamentos de forma segura e dentro dos padrões legais como resoluções, regulamentos, decretos, informações técnicas.

Os profissionais de saúde necessitam de compreensão no ato de realizar as trocas de medicamentos, levando à adesão do paciente ao tratamento e os riscos associados, a fim de garantir não apenas a qualidade e segurança, mas o uso do paciente com resultados desejados. Esta pesquisa não esgota a temática e por isto, recomenda-se que mais estudos na área sejam realizados para que a intercambialidade e a segurança do paciente sejam preservadas e disseminadas também no campo acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Conceitos e definições**. Governo Federal, 2020.

BEDOR, N. C. T. C.. **Olanzapina: uma avaliação da bioequivalência de comprimidos 10mg e estudo pré-clínico com desenvolvimento de sondas de microdiálise cerebral**. 2016.

CARVALHO, E. A.. **Acesso a medicamentos antibacterianos versus desabastecimento: desafios para o SUS**. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

COELHO, M. M. A.. **Percepções de graduandos do curso de farmácia da UFMG sobre a prática e competências para atuação na farmácia comunitária**. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FREITAS, M. S. T.. **Intercambialidade entre medicamentos genéricos e equivalentes de um mesmo medicamento de referência**. Tese (Doutorado em Fármaco e Medicamentos) - Repositório da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GEYER, A. R. C.. **Boas práticas de fabricação de medicamentos no Brasil: estabelecimento, situação atual e desafios**. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LIMA, R. Q.; ALMEIDA, M. C. P.; FARIAS JÚNIOR, E. N.; LIMA NETO, L. S.. Intercambialidade entre medicamentos de referência e equivalente. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.12, p.1-11, 2020. DOI:

<http://doi.org/10.34117/bjdv6n12-561>

MAGALHÃES, B. S.; ROCHA, M. S.. A presença de medicamento equivalente na intercambialidade. **Centro de Pós-Graduação Oswaldo Cruz**, v.4, n.4, p.1-6, 2018.

MATOS, L. K.; GIRARDI, B. A.; BRUM, A. P. S.. Intercambialidade de medicamentos sob o ponto de vista médico. **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC Videira**, v.5, n.3, p.1-13, 2021.

NISA, L. M. S.. **Validação de um método analítico para determinação de anti-hipertensores em amostras de sangue por LC-MS/MS**. Tese (Doutorado) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

PORTA, V.. **Métodos biofarmacêuticos na garantia de eficácia e segurança de medicamentos**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

REZENDE, H. G.. **Avaliação dos fatores que influenciam o consumo de medicamentos genéricos por parte do público geriátrico: uma revisão sistemática**. Monografia (Bacharelado) - Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, 2021.

SANTANA, K. S.; HORÁCIO, B. O.; SILVA, J. E.; CARDOSO JÚNIOR, C. D. A.; GERON, V. L. M. G.; TERRA JÚNIOR, A. T.. O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos. **Revista Científica FAEMA**, v.9, n.1, p.399-412, 2018. DOI: <http://doi.org/10.31072/rcf.v9i1.538>

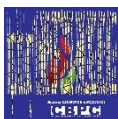
SILVA, E. P.; GUERRA, L. D. S.. Revisão integrativa: intercambialidade e aspectos farmacoeconômicos dos medicamentos bioequivalentes. **Journal of Management & Primary Health Care**, v.11, n.10, p.1-3, 2019. DOI: <http://doi.org/10.14295/jmphc.v11iSup.747>

SOUZA FILHO, J. H.. **Fatores que afetam a bioequivalência e metanálise aplicada a intercambialidade de medicamentos**. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) - Repositório da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, A. P. S.; SILVA, A. K. O.; SILVA, L. A.; ALMEIDA, P. S.; KHOURI, A. G.; SANTOS, S. O.; PAIVA, C. C. S.; SILVEIRA, A. A.. A importância da intercambialidade e dos medicamentos genéricos e equivalentes. **Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás**, v.2, n.2, p.8-21, 2019.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea ([https://opensea.io/HUB\\_CBPC](https://opensea.io/HUB_CBPC)), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

*The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).*



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561158010011987738625/>